

1964, um golpe de classe contra o Brasil

Carlos Tautz*

Ainda está dando os seus primeiros passos a compreensão histórica de que grupos econômicos, tanto os instalados no Brasil quanto aqueles sediados em outros países, tiveram papel central no planejamento e execução do golpe que a elite militar operou no Brasil em 1964, contra João Goulart, presidente constitucionalmente eleito.

O ponto máximo do avanço a que atingem alguns historiadores e a imprensa generalista é admitir que o golpe, em verdade, teria sido de ordem civil-militar, como que diluindo e deixando amorfa a participação de frações da sociedade civil no mero apoio aos militares golpistas. Isso mostra que serão ainda necessárias muitas mais pesquisas acadêmicas, documentais, investigações jornalísticas e, até, produções literárias e cinematográficas para que finalmente se inscreva no senso comum da sociedade brasileira que, em verdade, o golpe de 64 teve contornos e enquadramentos do que a literatura oficial nos permite saber.

Ressalte-se, entretanto, que desde 1973 o jornalista Marcos á Corrêa já denunciara o apoio militar dos EUA ao golpe, naquela que ficou conhecida como Operação Brother Sam, superando a noção generalizada que a deposição e Jango teria sido uma iniciativa exclusiva dos militares golpistas no Brasil.

Porém, o grande marco nos estudos sobre a dedicação e empresários ao planejamento de uma nova economia no Brasil, pós-Jango, no sentido de aprofundar a acumulação capitalista no País e, assim, definir o caráter de classe da ditadura que sobreveio ao movimento golpista foi o clássico 1964: A Conquista do Estado (Vozes, 1981).

Na obra, o cientista político uruguaio e professor de ciência política da Universidade Federal Fluminense (UFF) René Armand Dreifuss investiga a atuação do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais nos anos imediatamente anteriores ao golpe. Dreifuss descobre que, ali, as elites empresariais e militares do Brasil produziram ao mesmo tempo uma vastíssima campanha de comunicação pública para desmoralizar Jango, desenvolveram estudos e prepararam quadros que assumiram a tecnoburocracia estatal e implementaram políticas públicas concentradoras de renda que definiram a inflexão de classe no Brasil.

Em 2014, aos 50 a nos do golpe, mais estudos reafirmam o papel dos grupos econômicos na ditadura

Em 2014, por conta do emblemático aniversário de 50 anos do golpe e da implantação da ditadura começam a vir à tona – muito em função da atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pelo governo federal três anos antes, vários coletivos de pesquisa se organizaram. Aquele que produziu o resultado mais efetivo até o momento foi o Grupo de Trabalho criado no âmbito da CNV e integrado mormente por sindicalistas paulistas para investigar a participação de empresas na repressão a trabalhadores e militantes sindicais.

Assim, o primeiro alvo da representação que sindicalistas fizeram ao Ministério Público Federal em São Paulo em 26 de setembro foi a Volkswagen do Brasil. No calhamaço de 56 páginas, o grupo – que integrou Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – denunciou ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Machado, a cumplicidade entre a montadora sediada na Alemanha e o Estado brasileiro em gravíssimas violações de direitos humanos cometidas entre 1964 a 1985.

Foi a primeira vez que, no Brasil, uma empresa se viu formalmente denunciada por cometer, em um ambiente ditatorial, perseguições, demissões com e sem justa causa e, até, prisões ilegais e entrega de seus funcionários ao temido Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde pontificou o delegado Sergio Paranhos Fleury, um dos principais torturadores da ditadura implantada em 1964.

O alcance do ato dos sindicalistas, entretanto, vai muito além de responsabilizar a VW por ter espionado seus próprios funcionários, atendendo a orientações do governo federal, do governo do Estado de São Paulo e dos esquemas paralelos de repressão política.

Tanta dedicação da Volkswagen ao regime lhe valeu, poucos anos depois, entre várias outras benesses disfarçadas de políticas públicas, um financiamento de quase R\$ 400 milhões – a juros subsidiados. O objetivo era usar os aportes da então Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e organizar no Pará um enorme fazenda de 140 mil ha para criação de gado. A empreitada faraônica resultou em dezenas de assassinatos de trabalhadores rurais e até na aplicação de agente laranja – arma química utilizada na Guerra do Vietnã – para queimar mais de cinco mil hectares (equivalentes a cinco mil campos de futebol) de floresta nativa, como veremos adiante.

Na avaliação do professor da Universidade de Florença, Antoine Acker, “a VW se preocupa primeiramente com seus negócios, ela é flexível politicamente. A companhia também teve excelentes relações com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e o ex-presidente da empresa, Wolfgang Sauer, em sua biografia, em 2012, chega a saudar o ex-presidente Lula”, observa ele, cuja tese de doutorado explora justamente a atuação da empresa no Brasil.

“Quando chegaram ao poder em 64, os golpistas se ofereceram para solucionar as coisas que mais preocupavam a VW no governo de Goulart: instabilidade política, uma infraestrutura ainda subdesenvolvida, altas taxas de inflação e a crescente influência dos sindicatos de trabalhadores. O clima econômico pesou mais do que a violência de estado que mantinha essa nova ordem econômica. Além disso, existiam relações de amizade entre executivos da VW e vários membros importantes dos governos de Médici e Geisel”, explica Acker.

Em pesquisas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, os sindicalistas também encontraram documentos que comprovam o empenho e a integração da Volks ao enorme aparato repressivo que a ditadura aplicou no Brasil para garantir a integridade do que Acker chamou de “clima econômico”.

Foram instituídas Divisões e Assessorias de Segurança Interna em estatais, órgãos e universidades públicas e, como se vê, também com extensões a empresas privadas. Tudo para adequá-las ao sistema de terror oficializado e decisões da cúpula militar como o Ato Institucional Número 5 (AI-5), editado em dezembro de 1968, a Diretriz Presidencial de Segurança Interna, de março de 1970, e o Planejamento de Segurança Interna, de outubro do mesmo ano.

Essas informações agora trazidas à luz convergem com a revelação do pesquisador Manfred Grieger, chefe do Departamento de História Corporativa da Volkswagen da Alemanha. Perguntado sobre os critérios adotados pela filial brasileira para contratar em 1969 o controverso coronel aposentado Adhemar Rudge – sobre quem vamos falar à frente - para trabalhar na planta de São Bernardo do Campo, Grieger admitiu: “Adhemar Rudge entrou na Volkswagen do Brasil como chefe do departamento de segurança no final dos anos 60, após o regime militar ter instruído as empresas a preencher seus departamentos de segurança como oficiais aposentados como o coronel Adhemar Rudge”.

A se notar, o emprego do verbo “instruir”.

Grieger continua: “O regime militar queria entrar nas estruturas econômicas porque acreditava que o Partido Comunista e outras organizações de esquerda tinham bases dentro de grandes plantas”.

E completa, com uma frase importante para comprovar a adequação de interesses econômicos aos do estado ditatorial. “E, de outro lado, um representante do regime militar facilitou a comunicação com a estrutura militar”.

É isso mesmo: o coronel aposentado, indicado pelo governo para chefiar a segurança de um grande grupo multinacional era, em verdade, um representante da ditadura instalado na Volkswagen para “facilitar a comunicação” com a estrutura militar.

Note-se que naqueles tempos estava sendo montada em São Paulo, com doações dos maiores empresários do Estado a Operação Bandeirantes, a Oban. Só Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, do extinto Banco de São Paulo teria aportado 300 mil dólares nesta estrutura não regular de repressão política, que integrava militares a policiais militares e civis. E que inspirou a posterior institucionalização nos demais estados dos Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna, os DOI-CODI, onde a tortura de presos políticos campeou.

Ouvida, através de sua assessoria de imprensa, a Volkswagen do Brasil limitou-se a, em um email intitulado “Statement” (Afirmção), dizer que “Uma ideia é talvez desenvolver um conceito de memorial em conjunto com outras instituições brasileiras, como sindicatos, e colocá-lo em prática. Queremos continuar as discussões para explorar os prós e contras a respeito dos próximos passos” .

“Não queremos calar a boca. Queremos informação. Quem fez o que, com que intenção. Onde estão os documentos?”, cobra o historiador e ex-metalúrgico Sebastião Neto, coordenador do instituto de pesquisas Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), que ajudou a elaborar a peça apresentada ao MP.

Hoje, entretanto, já se sabe muito mais sobre o papel exercido pela Volkswagen na estrutura nacional de espionagem. Documentos encontrados por pesquisadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – e apensados ao relatório Final da CNV - provam que a VW também liderou a criação de um megasquema de espionagem empresarial e de aliança com serviços secretos oficiais, a começar pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

O esquema funcionou no coração industrial de São Paulo e reunia os maiores grupos econômicos da época. Entre outros documentos descobertos, o Informe nº.114/85AI/CTA, elaborado pelo setor de segurança do Centro Técnico da Aeroespacial (CTA, de São José dos Campos), mostra que a multinacional alemã capitaneou o Centro Comunitário de Segurança no Vale do Paraíba (Cecose-VP).

O Cecose elaborava “listas sujas”, relações de nomes e dados funcionais dos trabalhadores que participavam de greves e reivindicações funcionais, como aumento de salários e melhores condições de trabalho. As listas eram compartilhadas entre as empresas participantes e os órgãos de espionagem.

Investigando na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, os pesquisadores do sindicato encontraram 26 informações sobre o Centro, das quais 17 são atas (algumas fornecidas por trabalhadores que pedem reparação na Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça) das reuniões do Cecose. Nove outros documentos são repasses desses relatos entre setores das Forças Armadas entre pelo menos 16 de julho de 1983 e 27 de setembro de 1985.

Nenhum documento indica o fim do Cecose após 85, quando, formalmente, a ditadura militar terminou, com a posse do civil José Sarney na Presidência da República.

As atas apontam que os grupos econômicos integrantes do Cecose eram transnacionais (Caterpillar, Cebrace, Embraer, Ericson, FiEl, Ford, General Motors, Johnson & Johnson, Kodak, National, Phillips, Rhodia e Volkswagen), nacionais (Avibras, Confab, Engesa, FNV, Mecânica Pesada, Tecelagem Parayba, Vibasa e Villares) e estatais nacionais (Cosipa, Embraer, Petrobras e Telesp).

“No campo "Origem" das atas do Cecose, a maioria informa terem sido produzidas pela Seção de Informação da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAer). Alguns documentos são originados na Agência de Informação do CTA, ambas ligadas ao Ministério da Aeronáutica. Após produzidas, essas informações eram difundidas principalmente aos órgãos centrais da Aeronáutica e do regime – o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) –, alimentando todo o circuito de comando das operações realizadas nesse campo”, observa a historiadora Amanda Menconi, que integrou a equipe de pesquisadores do Sindicato dos Metalúrgicos.

“É muito importante que o MP tenha tomado essa ação”, afirma o historiador Demian Bezerra de Melo, o principal redator do texto “Civis que colaboraram com a ditadura”, integrante do Relatório Final da CNV.

“Ao jogar o holofote na colaboração e cumplicidade do setor privado com a estrutura da repressão, vai ficando cada vez evidente a natureza de classe daquela ditadura. Ao mesmo tempo, é possível observar a continuidade de práticas de repressão ao movimento dos trabalhadores, como a existência de "listas de proscritos", que não começaram na ditadura militar, nem deixaram de existir depois do fim desta”, comenta Melo, que é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro.

Em seu texto para a CNV, ele recorda que vários dos grupos econômicos – incluindo a Volkswagen – agora acusados pelos trabalhadores de se associar aos governos ditatoriais conspiravam no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para derrubar em 64 o presidente João Goulart.

“O IPES foi fundado em 1961 por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e por militares da alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), com o apoio financeiro do governo dos EUA, para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que detivesse Goulart e seus apoiadores”, explica a psicóloga Elaine Bortone, que em seu doutorado em História estuda as maquinações do IPES .

O procurador Pedro Antônio de Oliveira Machado não quis adiantar se dará sequência legal à denúncia dos sindicalistas. Sua assessoria disse apenas que ele está coletando informações, para decidir de pede a abertura de inquérito contra a multinacional.

Entretanto, ele já solicitou que o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) analise o documento elaborado pelos sindicalistas, como parte do que chama de Procedimento Preparatório para instauração de inquérito civil contra a montadora alemã. O Corecon-RJ integra um grupo de pesquisadores – professores universitários, jornalistas e representantes de organizações não governamentais – que investiga as relações históricas entre grupos empresariais e governos.

O trabalho do grupo de pesquisa que se reúne no Corecon-RJ tem a participação do Instituto Mais Democracia – Transparência e controle cidadão de governos e empresas, que, assim, busca dar dimensão histórica à sua pesquisa no campo das relações entre grupos econômicos e o estado brasileiro.

Conclusão

Mesmo que uma certa historiografia tida como a mais aceita pela sociedade, e adotada oficialmente em livros escolares, ainda receie aceitar o caráter de classe da ditadura no Brasil, estudos recentes – que seguem a trilha aberta por René Armand Dreifuss em 1981, com o seu 1964 – A conquista do Estado – mostram o papel determinante que os grupos econômicos sediados no Brasil tiveram no planejamento e consecução do golpe e, depois, no envolvimento simbiótico que tiveram com os ilegítimos governos ditatoriais.

Nesse sentido, o caso da Volkswagen, aqui estudado, não pode ser assumido como único nem central, mas joga luzes sobre o assunto – principalmente quando o MP de São Paulo resolver abrir procedimento investigatório contra a empresa, que pode resultar em punições efetivas e de ordem pecuniária contra o grupo alemão, mas que, muito mais do que isso, significa uma cunha que abre o caminho para a punição de outros grupos e sua atuação durante a ditadura como instrumentos de opressão de classe.

*Jornalista e coordenador do Mais Democracia